

**ESTUDOS
ARQUEOLÓGICOS
DE OEIRAS**

Volume 6 • 1996

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
1996

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 6 · 1996

ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E

RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso

CAPA - João Luís Cardoso

FOTOGRAFIA - Autores assinalados

DESENHO - Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados

PRODUÇÃO - Luís Macedo e Sousa

CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho
de Oeiras - Câmara Municipal de Oeiras
2780 OEIRAS

Aceita-se permuta

On prie l'échange

Exchange wanted

Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Palma Artes Gráficas, Lda. - Mira de Aire

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

ENTRE SOSSEGOS E ANGÚSTIAS: A NATUREZA DAS PERIODIZAÇÕES ARQUEOLÓGICAS⁽¹⁾

Luís Raposo⁽²⁾

Se os Antigos tivessem vivido mais tempo, ou possuído maior imaginação, talvez acrescentassem mais um aos seus reputados paradoxos. Talvez possuíssemos agora algum outro Sísifo, algum outro Cronos, alguma outra Penélope. Mas não. E desde aí nada interessante se passou debaixo do Mundo. Pois se até o grande Carrol, mais não fez do que inventar o dilema do caminho, quando imaginou as angústias de Alice, no seu diálogo com o Gato? Sendo assim, porque a tanto nos obrigam, permita-se que tomemos a iniciativa de criarmos nós próprios um novo paradoxo, “o mito do jardineiro coca-bichinhos”, se desta guisa o quiserem chamar.

Então é assim: certo jardineiro, cioso da sua argúcia e superior mestria, desejava ardentemente saber como, no subsolo, se entrecruzavam as estruturas radiculares das diversas flores. Estas, vistas à superfície, pareciam diferentes. Mas sê-lo-iam de facto, em profundidade? Quem garantiria que a sua distribuição, agrupadas em canteiros, correspondia realmente à sua identidade de origem, à sua mais profunda essência? No limite, lembrando-se das angústias que lhe tinham sido inculcadas por certo professor liceal de filosofia, o jardineiro punha-se a ele próprio a questão: rosas e cravos existiam de facto? Vivia obcecado. Resolveu então meter mãos à obra: investigar os vazios entre canteiros. Fê-lo, porém, segundo uma lógica muito própria. Temia que, escavando os vazios, pudesse construir novos canteiros, tão artificiais como os anteriores. Horrorizava-o tal hipótese. Cansado da sujidade, da enxada e da escavação; cultor da limpeza, das últimas novidades produzidas em estufas; seduzido pela ideia do nirvana poder não ser atingido através de novas descobertas, mas pela mera reclassificação das anteriores, o jardineiro resolveu que o melhor seria atacar os canteiros existentes, destruindo os muretes que os delimitavam e deitando para o lado a terra excedente. Fazendo-o, mais se comprazia da sua arguta decisão: dia após dia via surgir, debaixo dos muretes, raízes que iam na direcção dos espaços vazios. Estes, oxigenados e adubados por terra fresca, preenchiam-se a olhos vistos. Arregalado, o jardineiro via neles crescer espécies híbridas, que baptizava à sua maneira. Ao sétimo dia parou para descansar. E olhou à volta: percebeu então que no afã de preencher os vazios, tinha retirado quase toda a terra dos velhos canteiros, abrindo neles outros tantos buracos, outros tantos vazios, que inadvertidamente já ia contornando com os restos dos anteriores

⁽¹⁾ O presente texto foi elaborado tendo por base as ideias expressas em duas crónicas de imprensa do autor (“A propósito de periodizações: o difícil equilíbrio entre sossegos e angústias”, de 15/2/1996; “O ‘presente’ há 100 mil anos”, de 19/5/1994), ambas publicadas no “Diário de Notícias - Cultura” (a segunda incluída também no volume de co-autoria com António Carlos Silva, *A linguagem das coisas*, ed. Publ. Europa-América, col. “Forum da História”, Lisboa, 1996). Esta circunstância explica em grande medida as liberdades estilísticas que nele se detectarão, as quais resolvemos manter no essencial, embora tenhamos feito a revisão de algumas passagens e sobretudo procedido a uma explanação muito mais desenvolvida das nossas ideias, acrescentando-lhes as necessárias referências bibliográficas, que nos textos originais se consideravam descabidas.

⁽²⁾ Arqueólogo. Director do Museu Nacional de Arqueologia e Professor Auxiliar Convidado da Universidade Lusíada (Lisboa).

muretes. Não, não era isso que queria. Começou tudo de novo, atormentado. Sempre que num sítio deitava terra, abria um buraco noutra. Mas insistia em obter um terreno liso, sem canteiros. Queria um espaço aberto, sempre igual a si próprio, imune ao tempo, assim à maneira do que lhe diziam serem certos relevados americanos, cuja vocação nomotética tanto o atraía. Não aceitava, ou nem sequer considerava, o que alguém lhe dissera um dia: relevados, embora apetecíveis, não são jardins; são tão diferentes destes como o futebol americano do europeu; como a Antropologia da História. Ora, todo o jardim vive no e do tempo, possuindo, pela sua própria índole, canteiros e vazios. Assim é que ele é bonito. Caso contrário não será sequer relevado, mas simplesmente mato. E não consta que mato precise de jardineiros.

Quem não foi o arqueólogo que já um dia não se reviu na figura do jardineiro? Haverá porventura os alheados, aqueles para quem as flores, como as culturas e os períodos históricos, sempre existiram nos seus respectivos canteiros, bem arrumados para a eternidade. São piores que o nosso jardineiro, pois dele nem sequer possuem a inquietação que está na base de todo o progresso. Afirmam-se sensatos – e afinal são pueris. Positivistas em extremo, vivem o sossego dos cemitérios e são capazes de “puxar da pistola” quando ouvem falar em teoria. No lado oposto estão os prosélitos da jardinagem, aqueles que se revêem nas angústias do jardineiro. Para eles, flores, períodos e culturas, todos são construções arbitrárias, motivados por visões subjectivas. Idealistas contumazes, chegam a duvidar que exista uma realidade objectiva, independente do observador. Olhando para as profundezas, redescobrem com frequência a pólvora. Não se cansam de dizer que todo o passado é fruto do presente (quem foi que já há meio século disse também que “toda a história, é história do presente”?) e lançam olhares altivos, por vezes complacentes, ao comum dos mortais. Procuram processos, afirmam-se reflexivos, complexos – e afinal são senis. Possuídos de deletéria angústia, encontram-se atacados pelos sintomas hipocondríacos que fazem gente sã converter-se, também ela, em cadáver-adiado. Ambos, positivistas e processualistas, dão origem a uma espécie de “zombies”: mortos que se julgam vivos, no primeiro caso; vivos que na verdade estão mortos, no segundo.

E, bem vistas as coisas, podia ser tão simples encontrarem a cura. Bastaria que regressassem às fontes e procurassem nas origens da Arqueologia quem, reflectindo nas mesmas questões, mas provido do bom senso dos simples, pudesse já ter dado as devidas e salutares respostas. Pelo nosso lado, contentámo-nos, em pesquisa sumária, com a ingenuidade desse perigoso evolucionista e autor de boa parte da terrífica nomenclatura que ainda hoje nos apoquentam, esse “pai fundador” do século passado, que dá pelo nome de Gabriel de Mortillet. A propósito da problemática da divisão do tempo em unidades discretas e realizando a defesa da “paletnologia” (na realidade, da Arqueológica pré-histórica, diríamos hoje), ele escrevia nomeadamente: “Quando nos ocupamos de minerais, de plantas e de animais, não vamos buscar os elementos de classificação fora deles. Não temos razões válidas para agir de outro modo quando se trata do homem. A paletnologia ocupa-se da origem da humanidade. É sobre os produtos desta humanidade que é preciso assentar as divisões de que necessita a ciência. Os adversários da paletnologia contestam a sua possibilidade de estabelecer uma classificação assente sobre uma base sólida. Segundo eles, não existem divisões sérias. Não somente há passagens e transições entre todas as divisões, mas ainda e sobretudo elas sobrepõem-se; elas não são sincrónicas nos diversos países; elas são mais ou menos longas, segundo as regiões. Tudo isso é verdade, mas estas objecções não adquirem por isso mais valor. Para o demonstrar, bastaria um exemplo. O que existe de mais diferente, de mais distinto, de mais fácil a caracterizar e a reconhecer do que o dia e a noite? Pois bem, a argumentação dos adversários da classificação pré-histórica, se ela tivesse algum valor, conduziria a estabelecer que dia e noite não existem!... Com efeito, entre o dia e a noite existem transições, passagens mais ou menos longas, o crepúsculo e a aurora. O dia e a noite, em vez de serem sincrónicos, sobrepõem-se segundo as regiões e chegam mesmo a ser diametralmente opostos. A sua duração é variável: enquanto é em média de 12 horas entre nós, ela é de vários meses nas regiões polares. E no entanto a divisão do tempo em dias e noites é muito nítida, muito precisa, muito prática. Passa-se exactamente o mesmo com a divisão da paletnologia, em idades, períodos e épocas” (MORTILLET, 1883: 20-22; sobre o processo de edificação de um “tempo pré-histórico” no séc. XIX, por oposição ou em complemento do “tempo geológico”, v. também COYE, 1990).

Embora longa, a citação de Mortillet merece bem ser recordada. Em primeiro lugar, importa nela reter a referência à necessidade de fundar todo o sistema de periodização do tempo histórico em critérios... históricos. Não se

trata de mera lapalissada. Em Pré-história Antiga especialmente, é constante a rendição, ou o refúgio, dos arqueólogos na pretensa segurança das periodizações geo-climáticas: o sistema glacial alpino, no passado; a sequência das paleo-temperaturas oceânicas, no presente. Julgam talvez que pelo facto de atribuírem tal ou tal horizonte de ocupação ao “Riss/Würm”, tal ou tal sítio ao “estádio isotópico 5e”, tal ou tal indústria ao “Pleistocénico Superior Inicial”, têm cumprida a sua missão, quando afinal apenas se demitem dela. Piores ainda são aqueles que, sem se darem conta, confundem datação com periodização. Reverentemente, abraçam os diferentes métodos de datação absoluta com avidez e deslumbramento semelhantes aos de bois perante palácios. Radiocarbonam-se todos os dias (mesmo quando nem sequer sabem utilizar devidamente os resultados que obtém, tanto por desconhecimento dos limites da sua validade estatística, como por lhes fazer confusão a diferença entre “datas convencionais” e “datas reais”, usando indiferenciadamente umas e outras). Ora, cumpre dizer que, sendo embora interessante supor, com elevadíssimo grau de probabilidade, a partir de uma sequência de datações radiométricas, que o período de utilização de certo espaço sepulcral foi de três séculos, em finais do 4º. milénio a.C., muito mais decisivo é ter a coragem de afirmar quais as suas características histórico-arqueológicas e qual a sua integração cultural. E aqui entramos na segunda parte do argumento de Mortillet. Para fazer história, isto é, para que o passado humano se torne inteligível e útil, não basta que situemos no tempo o maior número possível de acontecimentos; forçoso é que os agrupemos em unidades discretas de significado cultural, chamemos-lhes períodos, épocas, culturas ou qualquer outra coisa. Até certo ponto, pouco interessa se elas existiram mesmo (se têm um valor “emics”, para usar o jargão anglo-saxónico), ou resultam somente da conveniência analítica do observador (se têm um valor “etics”). O importante, insistimos, é que nos permitam entender o passado, ou, se quisermos ser ainda mais crus, nos forneçam imagens plausíveis, úteis como guias de acção no presente. Plausíveis e úteis - o que significa que, pela sua própria natureza, estarão sempre sujeitas ao escrutínio dos utilizadores e, na verdade, tenderão a repetir ciclos semelhantes ao que o jardineiro da nossa história angustiadamente ia produzindo: o jardim encontra-se em arranjo constante, abrindo alternadamente vazios e canteiros.

Para quem disto duvide, singelamente perguntamos: o canteiro do “Paleolítico” é mesmo só um? Dentro dele, existem as três variedades tradicionais (“Inferior”, “Médio” e “Superior”)? Ou somente duas (“Arcaico” e “Recente”)? Ou quatro (“Arcaico”, “Inferior”, “Médio” e “Recente”)? As plantas desse ambíguo subcanteiro “Médio” podem juntar-se a qualquer dos outros dois? Ao “Inferior”, retirando deste algumas flores, que passariam a ser designadas por “Paleolítico Médio Inicial”? Ou ao “Superior”, fazendo um harmonioso arranjo com as variedades mais temporãs da sua fase “Inicial”? Quanto às espécies florais pertencentes à família do “Mesolítico”, existem elas de facto, ou não seria melhor separá-las, de modo a que a subfamília do “Epipaleolítico” se juntasse mais ao canteiro do “Paleolítico Superior” e a subfamília do “Mesolítico Evoluído”, se incluísse na do “Neolítico”? Este último canteiro, aliás, parece hoje quebrar-se a olhos vistos: à força de tanto lhe arrancarem as flores da fase média, as quais se pretendeu estarem infestadas de ervas daninhas, ele parece destinado a separar-se em dois, juntando-se as suas variedades antigas ao sobredito “Mesolítico” e as finais, ao “Calcolítico”. O que nem sequer é de estranhar, porque exactamente o mesmo se passa com todos os subsequentes canteiros: cava-se cada vez mais o vazio que separa o “Calcolítico Inicial” do “Calcolítico Final”, o “Bronze Antigo” do “Bronze Final”, a “1ª. Idade do Ferro” da “2ª. Idade do Ferro”... E quem, após anos rodeado dos mesmos canteiros, dos mesmos muretes, das mesmas cores, não sente a vontade da mudança? Sobejam, aliás, as razões para o fazer: pois se as espécies do “Neolítico Antigo”, nem sequer eram domésticas, na sua esmagadora maioria? Pois se na verdura do “Calcolítico Inicial”, não se vislumbram quaisquer sinais da cor de cobre? Pois se as lindas flores em forma de campânula invertida tanto aparecem no canteiro do “Calcolítico Final”, como no do “Bronze Antigo”? Etc. etc. Não se iludam, porém, os jardineiros: por cada canteiro que destróiem, criam muretes nalgum outro. Quando se convencerem que as espécies do “Paleolítico Superior” vão melhor com as do “Epipaleolítico”, ou as do “Neolítico Final” com as do “Calcolítico Inicial”, terão criado novo vazio, novo rêgo de passagem - o qual se encarregarão mais tarde de preencher.

Aquilo que se passa ao nível dos canteiros maiores, os das grandes famílias florísticas (chamem-lhe períodos históricos, se quiserem), sucede também em planos inferiores: o das espécies (culturas) e variedades (sítios e camadas). Também aqui os jardineiros angustiados encontrarão basto motivo de exercitação mental. No plano das “culturas”, começarão por negar todo e qualquer significado a velhos canteiros, a que chamarão normativistas, por deles reterem somente as utilizações que em tempos lhes foram dadas, quando as suas flores eram colhidas para enfiar nas jarras

das “raças”, dos “povos” e das “línguas”. Dirão, com inegável razão, que nunca viram um “povo” solutrense, uma “raça” megalítica ou uma “língua” campaniforme. E daí concluirão que todos aqueles epítetos se tornaram inúteis. Que diriam então de chapéus ainda maiores, como o do “Acheulense”, que durou centenas de milhares de anos e quase atravessou três continentes? Ora, são precisamente os cavadores que cuidam deste último tipo de flores, e delas não podem fugir, que talvez melhor se encontrem habilitados a compreender quer as limitações, quer a utilidade daquelas outras, mais vistosas. Sabem que neste debate existe alguma da ingenuidade que na adolescência sempre leva a procurar para tudo na vida “definições puras”; compreendem que nele perpassa também a universal oposição entre “tipologismo” e “populacionismo”, tão conhecida das ciências naturais; e reduzem o problema às suas devidas dimensões: “do ponto de vista do observador (e não temos outro...), é indispensável procurar unidades discretas, descontinuidades de sentido histórico-cultural; é essa a obrigação primeira do arqueólogo, enquanto historiador...” (RAPOSO, 1989). Nesta óptica, a das unidades de significado espaço-temporal, até no caso desse vastíssimo canteiro a que chamamos “Acheulense” existe alguma utilidade: “permite distinguir áreas muito amplas onde os bifaces e os ‘hachereaux’ estão presentes e outras onde não ocorrem; assim como permite, no interior de cada região considerada, individualizar faixas temporais dentro das quais surgem indústrias daquele tipo”. Ora, “sempre que uma determinada entidade arqueológica, por mais ampla e elementar que seja, tenha algum significado espaço-temporal, ela deve, *ipso facto*, ser retida – ainda que se discuta, depois, o seu verdadeiro significado histórico e/ou antropológico” (*id., ibid.*).

Aprofundemos, porém, o nosso nível de análise. Deixemos a centenas de milhares de anos do “Acheulense” e caminhemos na direcção das mínimas unidades espaço-temporais que possamos observar. Aproximamo-nos aqui da quimera, do alfa e do ómega, do nosso “jardineiro coca-bichinhos”. O seu grande sonho será a possibilidade de “ver” o passado, com a riqueza de cores e a resolução cronológica do presente, esquecendo-se todavia de uma coisa bem simples, mas porventura fora de moda: o incontornável facto de que nunca o “presente” arqueológico (ou histórico) se pode reduzir ao presente etnográfico. Onde tal é mais visível é na Pré-história. Após anos de aperfeiçoamento metodológico, a Arqueologia pré-histórica encontra-se hoje em condições de determinar com um erro de dias, semanas ou poucos meses na pior das hipóteses, qual o período de ocupação de uma determinada gruta por parte de um grupo de caçadores-recolectores há 100 mil anos; ou qual a época da construção de um dólmen, há 5 mil anos. O estudo arqueozoológico da fauna (dentes, hastes, composição etária, etc.) dirá em que época do ano viviam os animais caçados; o estudo arqueobotânico dos polénes, carvões e macro-restos vegetais informará sobre a estação do ano em que se construiu a mamoa megalítica. O quadro de paisagem realista espregueada e, no limite, até o próprio homem pode aí ser incluído, começando já a desenvolver-se métodos que permitem aceder à acção do indivíduo: em Étioilles, acampamento paleolítico próximo de Paris, cujo estudo se encontra na tradição metodológica de Leroi-Gourhan, iniciada com uma escavação que foi escola de toda uma geração (Pincevent), pôde, por exemplo, sugerir-se o lugar onde se sentavam os aprendizes e os mestres do talhe da pedra, determinando em relação a estes certos jeitos caracteristicamente pessoais (v., por exemplo, PIGEOT *et al.*, 1991). Mas jamais estas “cenhas de vida quotidiana” poderão corresponder ao presente etnográfico, pela simples razão de que, se é possível efectivamente dizer que determinado sítio foi ocupado “entre finais de Maio e começos de Junho”, há cerca de 100 mil anos... forçoso é, acto-contínuo, acrescentar que esse “cerca” pode ter a duração de 10, 20 ou 50 mil anos mais ou menos. Por outras palavras: afirmar, há 100 mil anos, que dois acontecimentos são contemporâneos, pode querer dizer, na melhor das hipóteses, que entre ambos não mediam mais de 10 a 20 mil anos! Há 20 mil anos, poderá significar um intervalo de mil anos; há 10 mil anos, pelo menos alguns séculos; e só muito próximo da nossa era se atingirão precisões inferiores a cem anos.

François Bordes, com a ironia e a argúcia intelectual que todos lhe reconheciam, foi dos primeiros a chamar a atenção para estas limitações do chamado “registo” arqueológico (limitações que podem, aliás e como veremos, ser também virtualidades, quando observadas pela óptica própria da pesquisa histórica). Combatendo uma certa “moda” de fazer estudos de repartição espacial dos objectos, falando a torto e a direito em “solos de *habitat*” (moda renovada anos depois, com nova contra-argumentação de Bordes, a propósito da capacidade informativa das chamadas remontagens de artefactos líticos: v. BORDES, 1980) e levando a sua argumentação a um extremo porventura excessivo, mas necessário à justa avaliação das questões em debate, ele escrevia em 1975: “Desde que o depósito arqueológico seja mais espesso do que a espessura de um utensílio, existe a possibilidade e mesmo a probabilidade da ocorrência de formações lenticulares

frequentemente não visíveis na escavação, e dois objectos situados à mesma altura em relação à base ou ao topo da camada podem pertencer na realidade e duas lenticulas diferentes, formadas em momentos diferentes. Não se pode portanto deduzir nada, de um ponto de vista paleontológico, das suas relações recíprocas ou com tal ou tal estrutura (lareira por exemplo) situada ela também à 'mesma altura'. Isto pode ser verdade, ainda que os objectos se encontrem mesmo na base da camada. Um estudo da repartição horizontal dos utensílios numa camada a uma dada altura conduzirá frequentemente a estruturas de repartição completamente artificiais, dado que elas associarão objectos que não são contemporâneos. Em vista da imprecisão dos métodos físicos de datação actuais, não se poderá dizer se esses objectos têm uma distância-tempo de 15 dias, 15 meses, 15 anos ou 150 anos! E o pior é que, se por acaso tivéssemos exumado um verdadeiro solo, não o poderíamos saber!" (BORDES, 1975, p. 139-140).

É certo que este tipo de limitações são tanto maiores quanto mais recuamos no tempo. Nicola Stern assinala-as bem. Mas dá-lhes o devido enquadramento epistemológico mais global. A propósito dos sítios quenianos da formação de Koobi Fora, esta autora realiza uma sugestiva reflexão acerca das capacidades informativas e estatuto próprio dos dados arqueológicos do Plistocénico Inferior. Nas suas linhas gerais, que subscrevemos gostosamente, o seu raciocínio começa por assinalar que "o factor que mais influenciou na definição das fronteiras intelectuais da Arqueologia até ao presente é o desejo longamente sentido de compreender o passado nos mesmo termos que o presente e, em particular, fornecer uma face humana aos ossos e pedras secas dos períodos remotos... o facto de a maior parte das ocorrências arqueológicas serem acumulações de restos reduzidas a um tempo-médio é visto como um inconveniente conceptual, o qual tem continuamente sido afastado na tentativa de fornecer relatos plausíveis do passado" (STERN, 1993, p. 215). Continuando, observa que "os arqueólogos têm relutância em discutir as implicações substantivas dos dados materiais acumulados no decorrer de longos períodos de tempo, a partir de origens diversas. Persistentes concepções defeituosas acerca da aplicação dos princípios uniformistas ao registo material do passado e acerca do uso da analogia na interpretação arqueológica, contribuíram para esta inibição". Para estes arqueólogos-jardineiros "os dados arqueológicos podem ser 'limpos' de modo a parecerem séries de mini-Pompeias ou fornecerem um conjunto de imagens encadeadas do passado" e a "rejeição da teoria social e ecológica contemporâneas, como o *modus operandi* da disciplina, é amplamente entendida como uma via para a sua destruição". Ora, longe de ser destrutiva, uma tal reserva epistemológica é porventura a chave que, nas palavras de Gary Haynes, ao comentar o citado artigo, poderá abrir a porta para "uma discussão do século XXI acerca das questões improdutivas que temos vindo a fazer acerca do comportamento humano passado". Isto na condição de que estejamos possuídos do optimismo com que Nicola Stern também encerra a sua reflexão: "há trinta anos havia uma crença geral em que o domínio intelectual da Arqueologia era determinado unicamente pela ingenuidade dos seus praticantes, nos anos 90 é finalmente aceitável reconhecer que o registo arqueológico tem uma estrutura empírica própria e por isso é possível também explorar a perspectiva potencial única que ele pode oferecer da acção humana no decorrer de longos períodos de tempo" (*id.*, *ibid.*: 222) ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ A ideia de que, na apreensão do "registo" arqueológico, as metodologias uniformistas, especialmente o actualismo e a analogia, devem ser restringidas, ou até abandonadas, começa hoje a fazer o seu caminho, havendo quem fale na necessidade da edificação de todo um novo aparelho epistemológico, já baptizado de "metamorfologia" (BEDNARIK, 1995). Este tipo de concepções mereceria uma análise mais detalhada, que seria extemporânea nesta ocasião. Fique todavia uma certa desconfiança relativamente aos excessos contidos em textos como o citado, quando convertem em dilema gnoseológico aquilo que deveria "somente" ser aparato metodológico e construção epistemológica. Com efeito, ao conferirem aos "princípios da lógica tafonómica" (utilizando, aliás, o termo "tafonomia" numa extensão de que discordamos, porque, pela tradição e pelo bom senso, ele deveria restringir-se a determinados "blocos de dados", a fauna por exemplo, e não à totalidade do vestígios arqueológicos, opção que infelizmente muitos autores, inclusive no nosso país, vêm descuidadamente promovendo) o valor de elemento iluminador "do inteiro fosso existente entre a realidade do que aconteceu na prehistória e o registo desses eventos tal como apreendidos e interpretados pelos arqueólogos individualmente", estas perspectivas acabam por conduzir à total separação conceptual entre "passado" e "presente", caindo na ingénua demanda de um passado "tal como existiu" e convertendo-se assim num inesperado regresso ao positivismo histórico oitocentista (v. as considerações que adiante fazemos, citando um texto de Ian Hodder, que nos parece particularmente feliz, neste contexto).

Na realidade, o que está em causa não é especificamente este ou aquele período, mas a própria natureza dos dados arqueológicos, sobretudo na delicada procura de relações contextuais, medidas à escala etnográfica, e na sua utilização como fundamento da reconstrução histórica. Concretizemos ainda um pouco mais o nosso ponto de vista, através do recurso a local de cujo estudo somos responsáveis, o sítio da Foz do Enxarrique, em Vila Velha de Ródão. Descoberta em 1982 (RAPOSO *et al.*, 1985) e escavada até hoje em cerca de 150 m², esta estação arqueológica, datada de há 33600 ±500 anos BP, e correspondente ao canteiro do “Paleolítico Médio”, apresenta-se como protótipo acabado de sítio arqueológico de “horizonte único” e fossilização rápida. Cerca de uma dezena de milhar de artefactos líticos e quase um milhar de restos faunísticos, distribuem-se ali em estrita associação estratigráfica, espacial e topográfica. Certos detalhes permitiam à partida reconhecer a existência de alguns fenómenos de alteração pós-deposicional, mas diversos outros (estado físico, morfometria, percentagem de ocorrência das diferentes classes tecno-tipológicas e remontagens líticas, conexões anatómicas de ossos de animais, etc.) garantiam o bom estado de conservação do conjunto. Neste quadro, o estudo preliminar da fauna (BRUGAL & RAPOSO 1995), veio trazer elementos senão imprevisíveis, pelo menos insuspeitados: nem as espécies documentadas correspondem a um único e mesmo processo tafonómico, nem em cada uma delas é muito marcada a acção antrópica. Assim, alguns animais (elefante, rinoceronte, hiena, raposa...) poderão encontrar-se ali apenas “por acaso”, fazendo parte do “fundo comum” que sempre existe nas margens dos rios e dos lagos; outros, corresponderão a tanatocenoses naturais, algo afastadas do local escavado (caso do auroque), ou muito próximas dele (veado); apenas no caso do cavalo, para além de uma tanacenose local, é por agora legítimo admitir alguma intervenção humana, mas sem poder precisar se ela é devida a acções de caça ou de mera recolocação necrofágica, sobre animais mortos naturalmente. Com a resolução cronológica que nos é possível neste local (aliás especialmente circunscrita, para aquilo que é usual no período a que pertence), estes processos tanto podem ter sido contemporâneos à escala dos dias, dos meses, dos anos, dos séculos e até dos poucos milénios. Mais ainda: não apenas o bloco faunístico pode não corresponder a um só momento, como os seus diversos “presentes” podem quase não cruzar-se com a passagem humana no sítio. Esta presença, aliás, tão bem documentada pela abundante indústria lítica produzida localmente, também nada nos garante corresponder realmente a um só “presente”, pelas razões já assinaladas na anterior citação dos textos clássicos de François Bordes. E se assim é em local de fossilização rápida e estrato único como este, cabe logicamente perguntar qual a realidade paleontológica da generalidade dos horizontes registados em grutas, os quais correspondem a processos de sedimentação bastante mais lentos, traduzidos em palimpsestos de duração muito superior. Tudo somado, a conclusão continua hoje a ser a que já extraímos noutra ocasião: “o estudo do Paleolítico Médio não pode basear-se num conceito, o de ‘presente etnográfico’, que na realidade não existe, já que inevitavelmente a nossa base de dados nos remete para os dois extremos opostos do *continuum* temporal: os breves minutos, segundos incluso, encerrados num acto de talhe recuperado por via das remontagens, e os séculos ou milénios que podem estar contidos no processo de acumulação daquilo a que, por falta de melhores instrumentos de análise, consideramos um só ‘horizonte’ arqueológico” (RAPOSO, 1995, p. 74-75).

Não se julgue que os constrangimentos indicados se situam apenas ao nível dos sítios e da relação entre sítios, pondo em causa somente os princípios actualistas subjacentes a uma das modas mais queridas dos últimos anos: a determinação de funcionalidades particulares para cada sítio arqueológico e a sua inclusão em redes de sítios, articulados local ou regionalmente (a chamada análise espacial). É certo que têm profundas implicações neste plano: conjugados com o conhecimento mais detalhado das inúmeras e importantes flutuações climáticas ocorridas à escala das décadas ou dos séculos⁽¹⁾, eles tornam legítimas todas as dúvidas quanto às possibilidades de correlação funcional entre sítios

⁽¹⁾ Sobre o assunto tenha-se em conta a esmagadora discrepância das escalas de resolução cronológica manipuladas pela Arqueologia pré-histórica e pela Paleoclimatologia. Se há pouco mais de uma década, era ainda a Arqueologia que “ia à frente”, podendo obter resoluções cronológicas da ordem dos milénios, hoje, mercê dos dados obtidos pelo recurso às colunas oceânicas e polares, medidos já há escala da década, para antiguidades da ordem dos 100 mil anos, passa-se exactamente o contrário - e está ainda por fazer toda a adequação conceptual entre as imagens fornecidas por ambas as escalas (v., por exemplo, o nosso texto de divulgação “A revolução da colunas oceânicas e polares”, *Diário de Notícias - Cultura*, 10/11/1994; também incluído no volume *A linguagem das coisas*, ed. Publ. Europa-América, Lisboa, 1996).

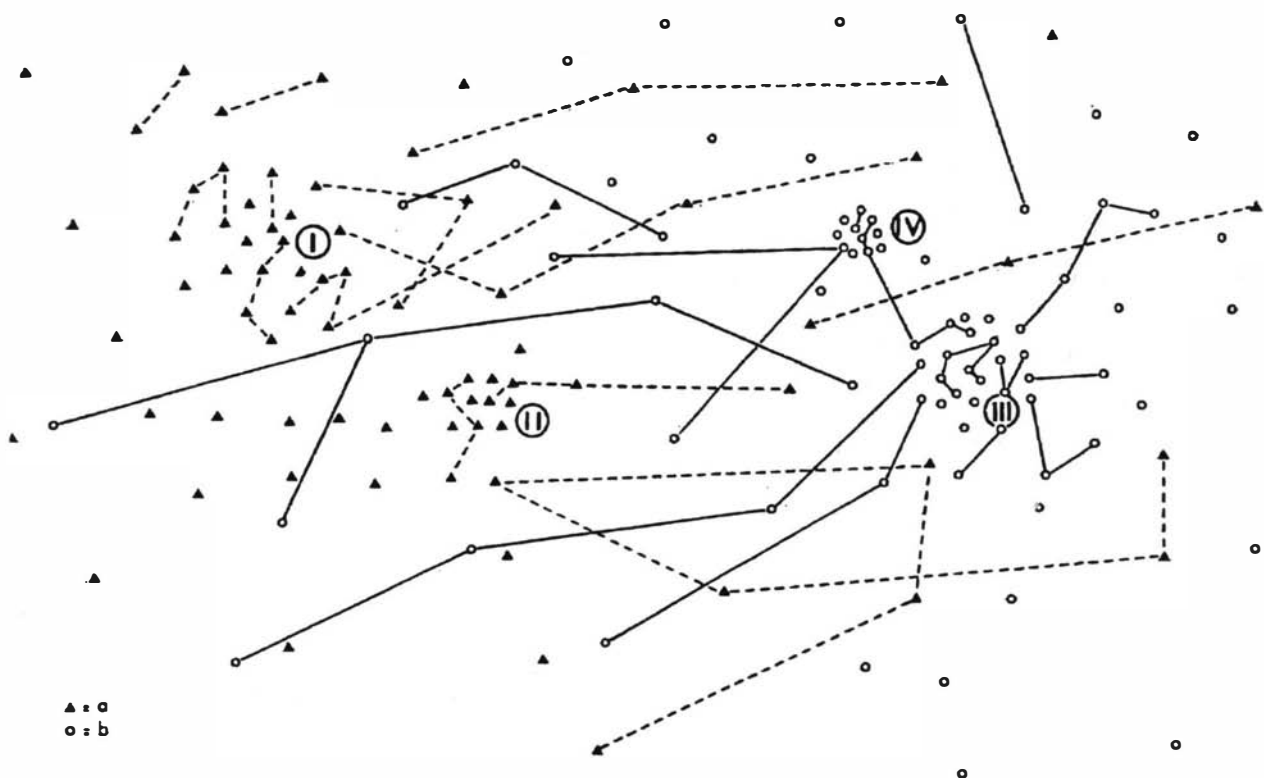


Fig. 1 – “A ilusão das Remontagens”. Segundo o exemplo imaginado por François Bordes (BORDES 1980: 133), duas ocupações humanas (ocupação A, simbolizada por triângulos; ocupação B, simbolizada por círculos) diferenciadas entre si em cerca de 50 anos, dariam ao nível do padrão espacial emergente de uma escavação arqueológica, mesmo em condições excepcionais, uma falsa ideia de “presente etnográfico”, sem que as respectivas remontagens pudessem determinar a que factor (função, filiação cultural ou... tempo, medido este quer à escala das flutuações sazonais, quer ao ritmo das “crises climáticas” plurianuais) corresponderiam as características observáveis em cada um dos quatro núcleos de concentração de achados. A esta escala (ou mesmo, em certos casos e períodos, a outras mais amplas, séculos e milénios) é duvidoso que os instrumentos de diagnose cultural de que a Arqueologia pré-histórica dispõe (tecnologia, tipologia, traceologia...) estivessem em condições de proceder à decomposição e interpretação satisfatórias do palimpsesto arqueológico assim constituído.

cuja distância-tempo pode ser da ordem do milénio ou milénios (isto já para não falar naqueles outros em que pode a mesma distância-tempo atingir as dezenas e centenas de milhares de anos). Não obstante, a questão é bem mais funda. No limite, atinge potencialmente todos os exercícios de contextualização, por mais singulares que sejam. Tomemos, do arsenal que melhor conhecemos, dois ou três exemplos paradigmáticos. Primeiro e mais rudimentar: quando Louis e Mary Leakey descobriram o *“Zinjanthropus boisei”* e, logo depois, alguns artefactos líticos talhados, foram levados a duvidar que tão robusta criatura pudesse estar na sua origem; receberam por isso de braços abertos a ulterior descoberta na mesma camada dos fósseis de criatura grácil, com maior capacidade craniana, a que chamaram *Homo e... habilis*, porque “obviamente” teria sido ele o autor dos ditos utensílios de pedra lascada. Mas a verdade é que *boisei* e *habilis* coexistem na mesma camada de Olduvai, sem que nenhum tenha vivido o suficiente para se reclamar autor dos ditos utensílios líticos. Segundo e um pouco mais sofisticado: não obstante a polémica que prossegue sobre o estatuto cultural do Castelperronense e a raridade dos sítios em que lhe surgem associados vestígios humanos, quase ninguém até hoje, nem mesmo os mais extremistas defensores de continuidades biológicas entre o *Homo sapiens neanderthalensis* e o *Homo sapiens sapiens*, pôs claramente a hipótese de que o esqueleto néandertal descoberto em 1979 no abrigo da “Roche à Pierrot”, próximo da aldeia de Saint-Cézaire, em camada atribuída àquela “cultura”, pudesse na realidade não estar-lhe associado, correspondendo tão-somente a indivíduo “mustierense” que, na escala do palimpsesto temporal próprio daquela camada (os vários séculos, quase o milénio), ali tivesse passado, sem ser o autor dos resíduos líticos antes ou depois deixados no solo. Mas no entanto nada impede que um tal cenário (que também consideramos pouco plausível) ou outros ainda mais “exóticos” existissem de facto¹¹. Terceiro e agora inversamente, no sentido da reclamação de extremo rigor: na sua militante cruzada contra a existência de práticas funerárias por parte dos néandertais, Robert Gargett chega ao ponto de negar a relação de contexto entre o esqueleto de La Chapelle-aux-Saints e a fossa onde foi encontrado, sugerindo que simplesmente “o ‘velho homem’ tenha caído no sono, ou talvez fugido do frio ou dos predadores, pouco antes do pequeno buraco ter sido aberto e aí morreu, tendo a protecção dada por esse espaço confinado e por um possível enterramento rápido no ambiente da gruta permitido que o esqueleto se preservasse” (GARGETT, 1989, p. 163). Ou seja: um esqueleto humano é encontrado em posição fetal dentro de uma fossa (natural ou não, pouco importa para o caso), mas nem esta associação pode ser tida por prova indiscutível da existência de enterramento, porque simplesmente o indivíduo pode ter ali adormecido e acabado por morrer naturalmente, apenas de velhice. Moral da história: o que estes três exemplos nos revelam, cada um à sua maneira, é a verdade elementar de que qualquer associação arqueológica está marcada pelos pressupostos de plausibilidade (há quem lhe chame “parcimónia”, manipulando com elegância, mas propósito discutível, um velho princípio das ciências biológicas) pré-existentes na cabeça do observador. Este será mais ou menos “exigente”, mais ou menos “condescendente” com os dados que manipula, na exacta medida em que os mesmos encaixem melhor ou pior nas suas expectativas, na sua “visão do mundo”.

Insistimos em que não se trata somente de uma questão de épocas. Claro que lá onde o posicionamento temporal de um qualquer acontecimento sofre de vícios de milénios ou séculos, mais se exerce uma espécie de rolo compressor, de tal forma que quanto mais recuamos no tempo, mais os comportamentos humanos nos parecem nebulosos. Não será

¹¹ Que seja do nosso conhecimento somente os originais descobridores (v., por exemplo, LÉVÊQUE & VANDERMEERSCH 1981), e pouco depois François Bordes (BORDES, 1981) colocaram até hoje a hipótese do néandertal de Saint-Cézaire poder não corresponder ao artesão responsável pela indústria da camada onde surge. Os primeiros perguntam-se, de forma muito passageira, se “ele não podia representar a vítima, mais do que o artesão desta indústria?”, reconhecendo que “com efeito, os dados actuais da cronologia absoluta não permitem afirmar que não tenha havido, em alguns pontos, contemporaneidade do Mustierense e do Castelperronense” (observação que hoje se encontra ainda mais ampliada). Bordes, na sua obstinação em negar o carácter autónomo do Castelperronense (designação que começava logo por contestar, dado não corresponder a nenhum estratotipo credível, na original “grotte des Fées”, em Châtelperron), assim como a sua autoria pelos néandertais, foi muito mais longe, colocando um conjunto de hipóteses pelo menos desconcertantes: a) corresponder o esqueleto a indivíduo aí introduzido na qualidade de caça obtida pelos ocupantes da gruta, praticantes do canibalismo; b) tratando-se de mulher, resultar de uma troca ou captura; c) poder não passar de indivíduo sapiens sapiens atávico, resultante da metissagem com os néandertais; d) ser finalmente apenas um caso esporádico em que um néandertal tinha aprendido a fazer aquele tipo de instrumentos, sem daí se poder concluir que toda a “cultura” castelperronense (ou Perigordense Antigo, como Bordes preferia) fosse atribuída àquela subespécie humana.

toda a teorização acerca da ausência de capacidades mapeadoras perceptivas e de comportamentos “logisticamente organizados” durante as fases iniciais do Paleolítico, de não diferenciação territorial e não discriminação funcional de espaços ocupados, apenas o resultado da fortíssima compressão que os seus milhares de “presentes” sofrem, quando os observamos através da nossa elevadíssima miopia? Mas o argumento é válido, em maior ou menor grau, para praticamente todos os períodos históricos. E isto sugere-nos enfim a suprema interrogação que o “jardineiro cocobichinhos” não deixaria de fazer: não será o passado insondável, em última análise?

Possuídos do optimismo histórico childeano (bem diverso, até oposto, ao optimismo antropológico binfordiano), cremos que não. Temos por saudável o cepticismo⁽¹⁾ em que já nos incluímos a nós próprios, no âmbito de toda uma reflexão geracional (a “geração de descrentes” - RAPOSO, 1994, p. 153), e outros retomaram, distinguindo-se assim da postura “possibilista” atribuída aos prosélitos das reconstituições etnográficas. Mas, perdoem-nos o materialismo positivista, acreditamos que, na nossa racionalização do Mundo, podemos pretender realizar uma crescente aproximação a realidades objectivas. Julgamos, por exemplo, estar fora de causa assimilar tipológica, cultural e cronologicamente “copos canelados” a vasos cardiais, meter do mesmo saco o chamado “conjunto campaniforme” e os micrólitos geométricos mesolíticos, sob pretexto de que ambos correspondem a sociedades de arqueiros, enfim, regressar à velha “batalha do Aurinhacense”, reclamando nova inversão na sequência das “culturas” do Paleolítico Superior. Entendemos que a construção do conhecimento científico se aproxima mais da imagem da espiral, em permanente crescimento para um nunca alcançado Céu (quando um dia a Ciência alcançar o Céu, converter-se-á em Religião...), do que da figura do ciclo vicioso, reduzido a intransponível labirinto, no qual o viandante mal se eleva acima do nível do solo. Ou seja: o passado é cognoscível... à sua maneira. Somos cépticos, é certo; sentimo-nos até frustrados com alguns dos desenvolvimentos teóricos muito em voga na Arqueologia contemporânea. Mas, para citar novamente Nicola Stern, achamos que “só aqueles que partilham uma frustração acerca das estratégias existentes na disciplina (leia-se, na Arqueologia) visando a interpretação dos registos arqueológicos deste tipo (leia-se, palimpsestos de longa duração), mas acreditam que esta base de dados tem o potencial de fornecer uma perspectiva alternativa do comportamento humano, abandonarão o colete de forças da segurança em favor da liberdade criativa” (STERN 1993: 222). Para nós as grandes limitações do chamado registo arqueológico, são igualmente as suas grandes virtualidades, na condição que as saibamos integrar numa teoria unificadora de História, de interrogação do passado. Tal como Ian Hodder (de quem não somos especiais consumidores, esclareça-se), também nós consideramos “perigoso pretender que o passado apenas é construído no presente... (que) os restos materiais do passado são apenas redes de resistência às nossas teorias” (HODDER 1992: 164). Assim como rejeitamos a visão ingénua de uma “História para a eternidade”, também nos repugna por igual a ideia de fazer do passado um mero “espelho ideológico de nós mesmos”. Ainda com Hodder, diríamos que “isto não serve para defender que passado e presente possam ser absolutamente separados, ou que o passado arqueológico possa ser objectivamente descrito como puro, livre de interesses contemporâneos. Mas serve para afirmar que passado e presente são construídos em relação um com o outro. Eles contribuem-se mutuamente de modos objectivos, pelos quais eu quero dizer que o presente teria sido diferente se derivado de um passado diferente, tal como o passado seria diferente se construído num presente diferente. Os contextos passados e presentes movem-se dialecticamente em relação um ao outro” (*id.*, *ibid.*).

Cépticos, pois. Mas não pessimistas. Muito menos angustiados. Longe de sermos pessimistas ao analisar as nossas bases documentais, pretendemos extrair delas aquilo que elas têm de melhor - e insubstituível. O nosso terreno, enquanto arqueólogos pré-historiadores, com base nos dados de que dispomos e na resolução cronológica a que acedemos, é o da História de longa duração, radicalmente distinto quer do relato etnográfico, quer da “História-batalha”. Distinto, mas não oposto: afinal também nós gostamos de ler as aventuras do clã que Brun tinha sob protecção do Urso das Cavernas, de observar dioramas em museus, de saber onde os Nunamiut escondem as suas reservas de carne, de sonhar com as descrições sobre o modo como se passou a noite em determinada gruta, enfim, de consumir relatos sobre “santos e heróis”... mas desde que tudo isso não limite, nem confunda, o cerne da nossa autenticidade disciplinar.

⁽¹⁾ “Cépticas” e “possibilistas”, assim foram apodadas por Wil Roebroeks as duas atitudes de espírito que hoje se evidenciam nos estudos da relação do Homem com o animal durante o Paleolítico. V. GAUDZINSKI & TURNER, 1996.

Afinal nem sequer divergimos muito, neste particular, daquilo que Lewis Binford, por exemplo, observou, na sua denúncia da pomposamente chamada “Arqueologia comportamental” (SCHIFFER, 1976), uma espécie de “terceira via” inventada por alguns dos “jovens dos anos 70” (FLANNERY, 1982), baseada no princípio de que pela recuperação de mini-pompeias os arqueólogos seriam um dia capazes de fotografar o passado com o mesmo colorido de etnólogos que entrevistam bosquímanos: “Eu nunca vi a reconstrução dos modos de vida pré-históricos na modalidade de etnografias pré-históricas como sendo um objectivo apropriado para a Arqueologia em geral. Era claro para mim que o enquadramento temporal da Etnografia é largamente inapropriado para a pesquisa arqueológica. As taxas de deposição são muito mais lentas do que a sequência rápida de eventos que caracteriza a vida diária dos povos vivos; mesmo nas melhores circunstâncias, o registo arqueológico representa um palimpsesto massivo de elementos derivados de bastantes episódios separados” (BINFORD, 1981, p. 231). Concordamos. Mas vamos mais longe, reconhecendo-nos totalmente nas já antigas, mas sempre actuais, advertências de Bruce Trigger: “a fraqueza de muita da teorização corrente em Arqueologia pode ser traçada como a tendência de alguns arqueólogos para tratarem a sua disciplina como um mero ‘tempo pretérito da etnologia’ ou uma espécie de ‘paleantropologia’, em vez de definirem os seus objectivos nos termos das potencialidades dos seus dados e perguntaram que tipo de questões eles se encontram melhores equipados para tratarem” (TRIGGER, 1973, p. 109). E tal como não somos partidários do optimismo sistémico que leva a considerar possível reconstituir o passado a partir de instantâneos fotográficos fixados em mini-pompeias criteriosamente seleccionadas e depuradas de ruídos pós-deposicionais, encaramos também com grande circunspecção a ideia de que as nossas dificuldades poderiam ser superadas pelo recurso a colecções de cromos obtidas no presente. Pelo contrário: na dialéctica inevitável que passado e presente estabelecem entre si, deixamos a outros a pretensão de atingirem o primeiro baseados na manipulação do segundo e tomamos sobre nós, de bom grado, a tarefa de explorar vias de entendimento centradas principalmente (mas não exclusivamente, note-se) em cacos e pedras, mantendo com eles as cumplicidades próprias de historiadores. Achamos que a nossa aproximação do passado não deve depender excessivamente do colorido actualista, que depressa pode converter-se, para usar uma expressão de Martin Wobst (1978), autor tão sacrificado pela utilização mecanicista abusiva que se tem feito das suas simulações sobre territórios e densidades populacionais de caçadores-recolectores, numa espécie de “tiranização etnográfica” dos dados arqueológicos. Como com bonomia observa Robert Kelly, “a Arqueologia é um caminho difícil no conhecimento do passado e por isso é talvez desculpável que muitos antropólogos sociais deixem de lado a Arqueologia quase por completo e se voltem em vez dela para a tão familiar falácia da analogia” (KELLY, 1995, p. 334-335). Ora, nós não apenas não somos, nem procuramos ser, antropólogos sociais como também não vibramos excessivamente com a “piscina” de exemplos etnográficos a que sabemos poder ir buscar quase tudo aquilo que desejamos comprovar. Somos historiadores e confiamos nas fontes documentais que manipulamos, enquanto arqueólogos. A nossa vantagem, a nossa irreduzível originalidade encontra-se naquilo que nos atreveríamos a chamar o “paradoxo das sepulturas neandertais”, utilizando o mais extremo exemplo de contextualização a que acima fizemos referência: mesmo se, vistos um a um, podem no limite pôr-se em causa todos os “presentes” etnográficos que as ditas sepulturas parecem sugerir, a ponto de nos sentirmos empurrados para becos sem saída, para angústias intransponíveis, nem por isso lhes deixamos de aceder através de outro tipo de interrogações, dirigidas a outro tipo de “evidências”. Afinal, e como salientam Catherine Farizy, Clive Gamble e Erik Trinkaus, entre outros, nos seus comentários ao artigo de Robert Gargett acima citado (1989: v. discussão, págs. 177-184), que outros comportamentos, senão o do enterramento e dos rituais funerários, poderiam explicar que, em período de tempo “tão curto”, algumas dezenas de milhares de anos, se tivessem: a) acumulado tantos cadáveres humanos, por vezes vários no mesmo espaço fechado, com os esqueletos mais ou menos completos, mantendo os ossos as respectivas posições e conexões anatómicas, ocorrência sem paralelo nas muitas centenas de milhares, mesmo milhões, de anos precedentes?; b) conservado, nesse total, mais de 1/4 de crianças, contrariamente ao que seria de esperar pela distribuição etária natural e a própria maior fragilidade (logo maior destruição potencial) de tais restos esqueléticos?

Nestes termos, compreende-se facilmente que o fundamento da reconstituição histórico-arqueológica não resida na maior ou menor quantidade e colorido das “cenas quotidianas”, as quais apenas interessarão pela sua “excepcionalidade” (pela sua exemplaridade histórica, não pela sua realidade etnográfica), mas na capacidade em interrogarmos as fontes pelo ângulo da longa duração. Enquanto pré-historiadores (termos que utilizaremos com a devida ênfase), não nos penalizemos, nem nos diminuamos, julgando-nos irremediavelmente perdidos entre “cacos e pedras”. Tenhamos até orgulho no contrário: da forma de sondar o passado que há muito fizemos nossa, acedendo à “longa duração”

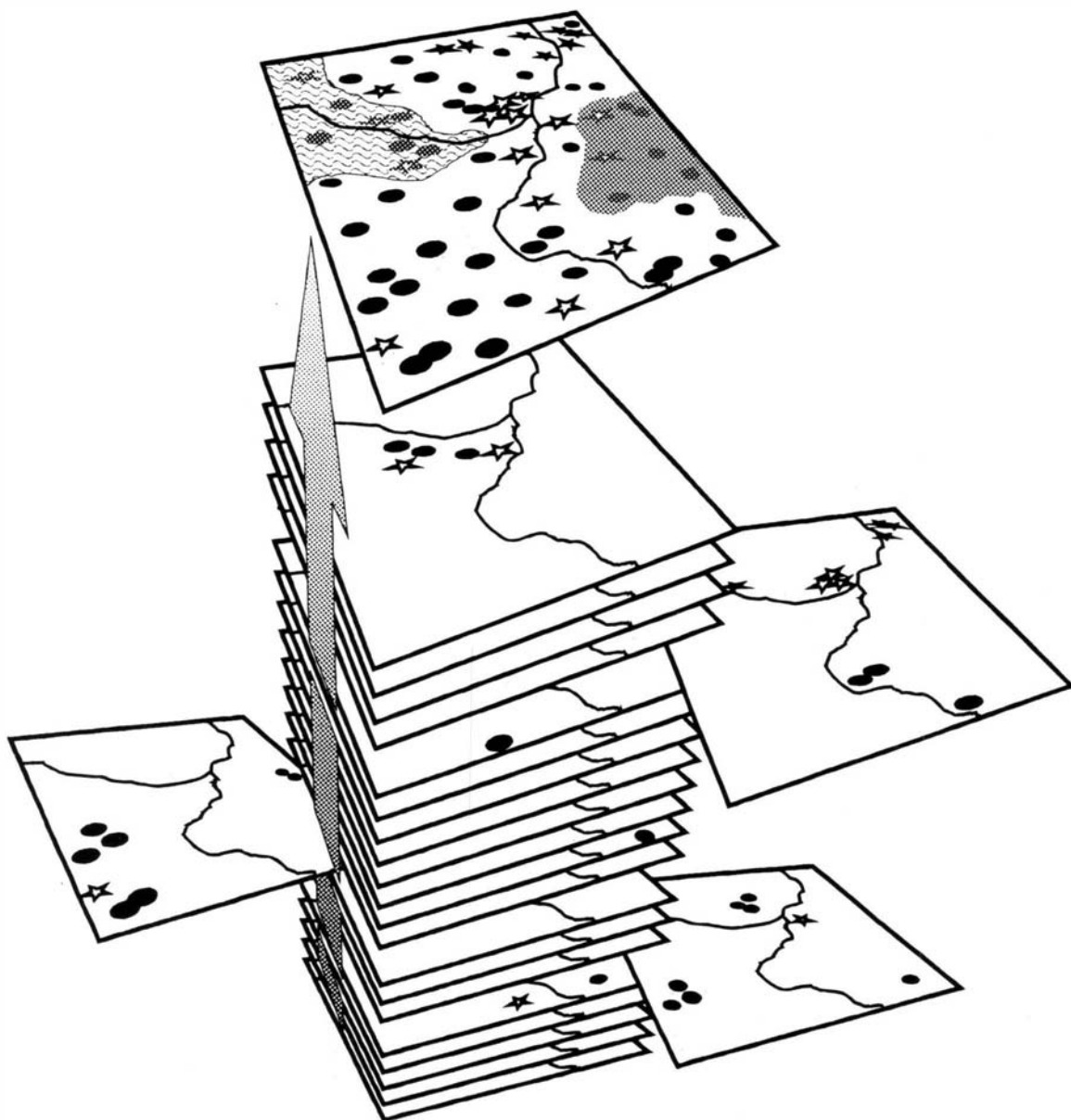


Fig. 2 – O “rolo compressor” do tempo. No esquema apresentado, que pode corresponder a um período da ordem dos séculos ou milénios, bem como das dezenas ou das centenas de milénios, sucessivos “presentes”, correspondentes a estratégias de fixação territorial diferenciadas, são objecto, à escala da resolução arqueológica aplicável, de uma “compressão” tal, que necessariamente produzirão imagens distorcidas do passado. Nestas condições, os vazios de informação podem muito mais ser devidos a factores relacionados com a evolução de geoesfera (variação dos níveis dos mares, alteração dos cursos dos rios, sedimentação das bacias flúvio-lacustres, erosão das superfícies culminantes, etc.) do que a reais padrões de ocupação humana. Por outro lado, as presenças inventariadas (sítios arqueológicos) aproximam-se, em função da maior ou menor amplitude de um tal palimpsesto, de um modelo em que os factores estatísticos puramente aleatórios se tornam indiscerníveis das distribuições humanas originais.

de Braudel (v. por exemplo, BRAUDEL, 1958) através dos “actos quotidianos excepcionais” de Gourhan (v., por exemplo, LEROI-GOURHAN, 1982, p. 181), deriva o carácter pioneiro e impulsionador da Arqueologia em relação à historiografia da segunda metade deste século, como já faziam notar os homens dos “Annales” e tem repetidamente sido salientado por autores como François Furet (v., por exemplo, FURET s/data: 106) ou Jacques Le Goff (v., por exemplo, LE GOFF, 1984, p. 219-220; 1986: 74), na defesa que fazem de uma “etno-história”⁽¹⁾ ou, mais poeticamente, daquilo que consideram ser uma espécie de “regresso a Heródoto”. Insistimos: o carácter pioneiro e impulsionador da Arqueologia, de toda a Arqueologia. Sim, porque iluminando-o embora pela dimensão radical que só ela possui, a Pré-história mais não faz do que chamar a atenção para o estatuto específico, múltiplo e contraditório, do tempo histórico: um tempo longo, muito longo, que resulta de escalas inteiramente estranhas tanto ao nosso posicionamento heurístico hodierno (muito fixado numa bitola, o século, que verdadeiramente apenas existe desde há 300 anos), como à própria percepção temporal das sociedades antigas (que nem no período romano chegaram a conceptualizar o milénio); e, simultaneamente, um tempo curto, tão curto que nele podemos chegar a ter a pretensão de contar minutos e segundos.

Bem vistas as coisas e para regressar ao nosso quase esquecido jardineiro, aquilo que realmente está na raiz da sua doença é o facto de, na sua atracção pelo presente, ter olvidado a natureza do passado. Há mesmo quem vá mais longe e diga que a sua angústia resulta tão-somente de ter acabado por descrever na capacidade informativa do passado, reduzindo-o a cacos e pedras dos quais pensa não poder extrair o reconhecimento mundano a que julga ter direito. Vista a esta luz, a crise do “jardineiro coca-bichinhos” é sobretudo uma crise vocacional, traduzida em tremendo sentimento de inferioridade. É um padecimento que radica na falta de entendimento do ofício de historiador, designadamente naquilo que ele tem de mais essencial: a percepção dos diferentes tempos vividos e a sua conversão em tempos de um discurso a que se chama histórico. Não se trata de maleita nova, daquelas para as quais os simpósios ainda não compendiam remédios. Nada disso. Em 1958, já Fernand Braudel a diagnosticava, num dos mais notáveis textos fundadores da chamada “Nova História”: “da crise que a nossa disciplina atravessou no decurso destes vinte ou trinta últimos anos, as outras ciências sociais estão bastante mal informadas e a sua tendência é a de conhecer mal, ao mesmo tempo do trabalho dos historiadores, um aspecto da realidade social de que o historiador é servidor, senão sempre um hábil vendedor: esta duração social, estes tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também a tecitura da vida social actual” (BRAUDEL, *op. cit.*, p. 43).

Ora, nem o tempo presentista do inquérito sociológico ou etnográfico, que motivou os combates vigorosos dos homens dos “Annales”, nem muito menos o tempo “contínuo, uniforme, linear, divisível à vontade”, como se lhe refere Émile Benveniste, irmão-gémeo do tempo “absoluto, verdadeiro, matemático” newtoniano, que na realidade não existe e seria incognoscível, constituem ferramentas privilegiadas dos jardineiros arqueólogos, enquanto historiadores. São outros os seus tempos (sobre a pluralidade dos tempos históricos, tal como observados pela Arqueologia, v. o ensaio de Jorge Alarcão (ALARCÃO, 1994). Múltiplos, de ritmos diferentes, necessariamente reduzidos a sistemas de segmentação artificiais, mas nem por isso menos imprescindíveis, de menor interesse ou até maior irrealidade. Aparentemente, como dizia Benedetto Croce, “as épocas apenas têm um interesse mnemotécnico”. O que é certo, mas perigosamente insuficiente. “As periodizações servem para tornar pensáveis os factos” – essa é a sua maior e incontornável utilidade, como muito bem salienta Krzysztof POMIAN (1993), em excelente ensaio sobre a matéria. Pensáveis, mesmo como guias de explicação do presente e de acção futura: (as periodizações) “tentam apoderar-se dos imaginários para os desviar em sua vantagem, tornar o presente aceitável e legítimo não só em nome dum passado onde este pretende ter as suas origens mas também - sobretudo nos nossos dias - em nome do futuro...” (*id.*, *ibid.*: 209-210). É neste sentido que Maria Isabel Navarrete, pelo lado dos arqueólogos, teve a frontalidade de afirmar que toda a periodização deve ser, na sua essência, antimetodológica, isto é, anti-instrumental: “a periodização não é um instrumento de investigação, mas sim um dos seus

⁽¹⁾ Conceito que afinal incorpora numa longa tradição arqueológica, que vai da perspectiva inicial oitocentista dos fundadores da Pré-história, que assim designavam um tipo de estudo (mais do que um período) considerado diferente da pesquisa histórica (então confinada ao uso do documento escrito), mas que na realidade dela constitui parte integrante, até à obra capital de Leroi-Gourhan, que regressa ao velho conceito de “paletnologia”, no quadro da sua construção transdisciplinar de uma “etnologia histórica” (v., por exemplo, LEROI-GOURHAN, 1952, p. 84).

fins” (NAVARRETE, 1989, p. 139). Nada existe de mais acabado na forma como o arqueólogo reconstrói o passado, do que chamar por exemplo “Idade do Bronze” a determinado segmento de tempo. É uma síntese que vale pelo seu conteúdo, não pelo rótulo. O recurso a perífrases (do estilo “complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios”) em nada permitirá alcançar, por si só, plataformas superiores de entendimento. Nem muito menos a dúvida existencial quanto à realidade das unidades espaço-temporais que manipulamos. Perguntar se “existe uma Idade do Cobre” ou uma “cultura curgânica” é, sob certos aspectos, o mesmo que perguntar se “existe uma cultura portuguesa”. Todas existem – e não existem ao mesmo tempo, porque seguramente as realidades que recobrem poderiam ser reorganizadas em diferentes canteiros. Qual o drama? Não será nisto, na permanente reconfiguração de canteiros e vazios, que consistem os ofícios de arqueólogo-historiador e jardineiro?

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1994) - A Arqueologia e o tempo, *Conímbriga*, 32-33, p. 9-56.
- BEDNARIK, R. G. (1995) - “Metamorphology: in lieu of uniformitarianism”, *Oxford Journal of Archaeology*, 14, nº. 2, Oxford, p. 117-122.
- BINFORD, L. (1981) - Behavioral Archaeology and the ‘Pompeii Premise’ *Journal of Anthropological Research*, 33, nº. 3, p. 195-208. Volume consultado: *Working at Archaeology*, Academic Press, Nova York, 1983, p. 229-241.
- BORDES, F. (1975) - Sur la notion de sol d’habitat en préhistoire paléolithique. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 72, nº. 5, p. 139-144.
- BORDES, F. (1980) - Question de contemporanéité: l’illusion des remontages. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, tomo 77, nº. 5, p. 132-133.
- BORDES, F. (1981) - Un néandertalien encombrant. *La Recherche*, nº. 122, p. 644-645.
- BRAUDEL, F. (1958) - Histoire et Sciences Sociales. La longue durée. *Annales*, nº. 4, p. 725-753. Volume consultado: *Écrits sur l’Histoire*, ed. Flammarion, Paris, 1969, p. 41-83.
- BRUGAL, J.-Ph. & RAPOSO, L. (1995) - Foz do Enxarrique (Ródão, Portugal): first results of a bone assemblage from an open-air Middle Palaeolithic site. *Romisch-Germanisches Zentralmuseum*, Neuwied (no prelo).
- COYE, N. (1990) - Âges, époques et dates en Archéologie préhistorique, *Travaux du Laboratoire d’Anthropologie et de Préhistoire des Pays de la Méditerranée Occidentale*, Aix-en-Provence, p. 7-20.
- FLANNERY, K. (1982) - The Golden Marshalltown: a parable for the Archaeology of the 1980s. *American Anthropologist*. 84, p. 265-278.
- FURET, F. (s/data) - *Oficina de História*. Gradiva. Lisboa.
- GARGETT, R. H. (1989) - Grave shortcomings. The evidence for Neandertal burial. *Current Anthropology*, 30, nº. 2, p. 157-190.
- GAUDZINSKI, S. & TURNER, E. (1996) - The role of early humans in the accumulation of european Lower and Middle Palaeolithic bone assemblages. *Current Anthropology*, 37, nº 1, p. 153-156.
- HODDER, I. (1992) - The post-processual reaction. *Theory and practice in Archaeology*. Routledge, Londres.

- KELLY, R. L. (1995) - *The foraging spectrum: Diversity in hunter-gatherers lifeways*. Smithsonian Institution Press. Washington.
- LE GOFF, J. (1984) - História. *Enciclopédia EINAUDI*, vol. 1, ed. INCM, p. 158-259. Lisboa.
- LE GOFF, J. (1986) - A História do quotidiano. *História e Nova História*. Teorema. Lisboa, p. 73-82.
- LEROI-GOURHAN, A. (1952) - Sur la position scientifique de l'ethnologie. Volume consultado: *Le fils du temps*. Fayard. Paris, 1983.
- LEROI-GOURHAN, A. (1982) - *Les Racines du Monde*. Belfond. Paris.
- LÉVÊQUE, F. & VANDERMEERSCH, B. (1981) - Le néandertalien de Saint-Cézaire. *La Recherche*, nº 119, p. 242-244
- MORTILLET, G. de (1883) - *Le Préhistorique - origine et antiquité de l'homme*, 2ª. edição, 1885, C. Rienwald, Paris.
- NAVARRETE, M. I. (1989) - *Una revisión crítica de la prehistoria española: la Edad del Bronce como paradigma*. Siglo XXI, Madrid.
- PIGEOT, N.; PHILIPPE, M.; Le LICON, G. & MORGENSTERN, M. (1991) - Systèmes techniques et essai de technologie culturelle à Étiolles: nouvelles perspectives. *25 Ans d'Études Technologiques en Préhistoire. Bilan et Perspectives*, ed. C.R.A. do C.N.R.S., Ville d'Antibes, p. 169-185.
- POMIAN, K. (1993) - Periodização. *Enciclopédia EINAUDI*, 29, ed. INCM, p. 164-213.
- RAPOSO, L.; SILVA, A. C. & SALVADOR, M. (1985) - Notícia da descoberta da estação mustierense da Foz do Enxarrique. *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, p. 79-89.
- RAPOSO, L. (1989) - Sobre el concepto de Achelense. *Raña*, nº 8, p. I-VI.
- RAPOSO, L. (1994) - Últimas descobertas sobre a primeira ocupação humana da Ásia e da Europa. *Al-madan*. 2ª. série, nº. 3, p. 152-154.
- RAPOSO, L. (1995) - Ambientes, Territórios y Subsistencia en el Paleolítico Medio de Portugal. *Complutum*, p. 57-77.
- RAPOSO, L. & SILVA, A. C. (1996) - *A linguagem das coisas - ensaios e crónicas de Arqueologia* ed. Publ. Europa-América. "Forum da História". Lisboa.
- SCHIFFER, M. B. (1976) - *Behavioural Archaeology*. Academic Press. Nova York.
- STERN, N. (1993) - The Structure of the Lower Pleistocene Archaeological Record. *Current Anthropology*, 34, nº 3, p. 201-225.
- TRIGGER, B. (1973) - The Future of Archaeology is the Past. *Research and Theory in Current Archaeology*, ed. Ch. L. Redman. Robert E. Krieger Publ. Comp., p. 95-111.
- WOBST, H. M. (1978) - The Archaeo-Ethnology of Hunter-Gatherers or the tyranny of the ethnographic record in Archaeology. *American Antiquity*, 43, p. 303-309.